

RUBEM BRAGA

## INTERROGAÇÃO

**B**EM que eu estava achando estranha a insistência, a pressa e a fúria com que o sr. McKenna, da Pan American Oil and Royalty Co. andou procurando todos os grupos brasileiros que se formaram para explorar petróleo na Bolívia e a rapidez com que ele fechou um dos negócios. Afinal de contas pesquisar petróleo é sempre coisa arriscada, e eu não me explicava porque esses dólares do sr. McKenna estavam tão loucos para se meter na aventura.

Agora sabemos todos. A lei americana permite a uma empresa descontar 27,5% do imposto de renda que deve pagar se aplicar essa importância em investimentos no exterior pagáveis em óleo. Isso quer dizer: o dinheiro sai do Tesouro americano e não do bolso particular. Além disso o governo da Bolívia não dá concessões, vende-as, exigindo um pagamento inicial à vista sempre de alguns milhões de dólares. Na área reservada ao Brasil isso não acontece; sob a cobertura de nosso nome o americano teria acesso livre aos campos subandinos.

Diante disso um deputado perguntou ontem ao sr. Clemente Mariani se não seria possível aos grupos brasileiros terem obtido a colaboração de grupos americanos em condições muito menos onerosas que as reveladas. O presidente do Banco da Bahia, respondeu que sim tanto que o grupo Lunardi estava tentando, com perspectivas de êxito, obter da Pan American uma redução de 50 para 33 por cento da participação dos americanos nos resultados, embora os mesmos continuassem obrigados a financiar 50 por cento.

Ora, se a firma americana admitiu a possibilidade, ao menos para discutir, de lhe caber apenas um terço dos benefícios, existe também a possibilidade de se contentar ela com muito menos. No caso havia uma empresa americana negociando sozinha com vários grupos brasileiros, aqui no Brasil. Se um grupo brasileiro fosse aos Estados Unidos negociar com várias empresas americanas é mais do que provável que ele pudesse fazer negócio muito melhor. «Você não vai tirar um centimo de seu bolso e poderá ter tanto por cento de todo o petróleo que descobrirmos» é uma proposta tentadora mesmo porque, segundo creio, a lei americana não faculta o desconto apenas a empresas petrolíferas, que aliás são em grande número, mas a qualquer empresa que se dispuser à pesquisa e lavra de petróleo no estrangeiro.

Embora sempre tenha sido partidário do monopólio estatal da Petrobrás, creio que essa lei americana de imposto de renda, ditada por interesses de defesa nacional dos Estados Unidos, mereceria ser melhor estudada. Ela poderia trazer a «chance» de darmos concessões em certas áreas duvidosas de nosso próprio território, e sob certas condições, a empresas norte-americanas a que abriríamos a possibilidade de bons benefícios sem nenhum risco. Mas seria isso prudente se nosso governo não tem uma política firme e certa de petróleo, e seus órgãos mantêm entre si querelas que podem possibilitar manobras de interesses internacionais? Isso é que o diabo, essa questão de confiança...